

A NORMALIDADE DA DESIGUALDADE SOCIAL E DA EXCLUSÃO EDUCACIONAL NO BRASIL

THE NORMALITY OF SOCIAL INEQUALITY AND EDUCATIONAL EXCLUSION IN BRAZIL

Iracema Santos do NASCIMENTO¹
Patrícia Cerqueira dos SANTOS²

Recebido em: 23/05/2020
Aceito em: 05/06/2020

RESUMO

A implantação do ensino remoto, proposto pelas secretarias estaduais e municipais de educação, está sendo eficaz para o cumprimento do calendário escolar em meio ao distanciamento em tempos de COVID-19? Dentro de um cenário histórico de desigualdade social, que vai desde a falta de estrutura física nas residências, até às diferenças de acesso devido a marcadores como gênero e raça, dentre outros, infere-se que este instrumento com vistas à equidade de acesso ao ensino, não garante a equidade de aprendizado dos alunos, já que todos não compartilham das mesmas condições socio-econômico-culturais, algo que tornou-se uma normalidade excludente e macabra. Se não cabe às redes de ensino e às escolas resolverem problemas estruturais da sociedade brasileira, tampouco podem também ignorá-los. Caso contrário, qualquer proposta de educação imposta verticalmente nesse momento só vai acentuar as desigualdades sociais e educacionais já existentes.

Palavras-chave: Ensino e aprendizado. Ensino remoto. Normalidade da desigualdade social. Desigualdade educacional.

ABSTRACT

¹ Doutora pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo e professora na mesma instituição, junto ao Departamento de Administração Escolar e Economia da Educação. Ministra as disciplinas de Política e Organização da Educação Básica, Coordenação do Trabalho na Escola e Relações de Gênero e Educação. E-mail: iranasci@usp.br

² Mestre em História Social pela PUC-SP. Professora de História da Rede Municipal da Cidade de São Paulo. Membro do Conselho Consultivo da ANPUH-SP (2018-2020), do Grupo de Trabalho Ensino de História e Educação da ANPUH-SP e do Coletivo Territorialidades. E-mail: patriciacerquer@gmail.com

Is the implementation of remote learning, proposed by the state and municipal education departments, effective for the fulfillment of the school calendar during social distance in the times of COVID-19? In a historical scenario of social inequality, from the lack of physical structure in homes to differences in access to the same resources due to social markers such as gender and race, and others, and understanding that it pursues equity in access to education, remote learning does not guarantee the equality of students' learning, since all of them do not share the same socioeconomic-cultural conditions, something that has become an exclusive and macabre normality. If it is not up to educational networks and schools to solve structural problems in Brazilian society, they cannot ignore them either. Otherwise, any education proposal imposed vertically at this time will only reinforce the social and educational inequalities that already exist.

Keywords: Teaching and learning. Remote learning. Normality of social inequality. Educational inequality.

Um caso – No bairro do Jardim Noronha, próximo ao Grajaú, zona sul periférica de São Paulo, a jovem mãe Raqueline sai de sua pequena casa de alvenaria, sem reboco por fora ou por dentro (“a miséria existe também na alvenaria, em formas as mais diversas”)³, e anda com sua filha Lívia, de sete anos, cerca de meio quilômetro para ir até o ponto de lotação mais próximo. A cena foi exibida em reportagem de um canal aberto de televisão, em 23 de abril.⁴ Raqueline está desempregada e conta com a doação de cestas básicas para alimentar a filha. Até o momento em que a reportagem foi feita, mais de um mês depois do fechamento das escolas devido à pandemia, Raqueline não havia recebido o cartão merenda da Secretaria Municipal de Educação da capital paulista.

Ali no ponto, se der sorte, vai conseguir “pegar” o sinal de internet sem fio de algum micro-ônibus parado. Com uma das mãos, segura forte o braço da menina (mães da periferia costumam segurar com força os filhos, sobretudo as meninas, quando saem de casa; nós duas nos lembramos bem de como nossas mães nos apertavam quando saíamos, enquanto os irmãos ficavam soltos). Estica o outro braço girando o celular na tentativa de captar o sinal (lembrando, ela está desempregada e para colocar créditos no celular precisou vender alguns pertences pessoais). A garota saltita de alegria quando finalmente a mãe “consegue contato”. Só assim a pequena estudante poderá saber o que a escola está mandando de tarefa, desde que a Secretaria Municipal de Educação da capital paulistana baixou um pacote de ensino remoto para toda a sua rede, que entrou em vigor em 13 de abril, por meio da Instrução Normativa SME nº 15, de 9 de abril de 2020⁵.

Além de aulas e atividades postadas pelas(os) professoras(es) a serem feitas pelos estudantes numa plataforma virtual privada (oferecida gratuitamente ao governo municipal, segundo a SME (Secretaria Municipal de Educação), o pacote da prefeitura inclui o envio de um material impresso para as residências dos alunos. De acordo com a Secretaria, a referência para as atividades de estudo durante o afastamento físico imposto pela pandemia da COVID-19 deve ser o material impresso, já que parte considerável do alunado não dispõe de computador e/ou acesso à internet. No entanto, Raqueline relatou que o material, assim como o já mencionado cartão merenda, não havia chegado em sua casa, mesmo depois de ela ter atualizado seu

³ Audálio Dantas, no prefácio do livro *Casa de alvenaria*, de Carolina Maria de Jesus. Rio de Janeiro: Editora Paulo de Azevedo, 1961.

⁴ Os nomes da família estão sendo revelados porque as duas foram identificadas na reportagem. Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/8503936>. Acesso em: 5 mai. 2020.

⁵ https://www.sinpeem.com.br/1ermais_materias.php?cd_materias=12587

endereço no site da Secretaria. Seu CEP (Código de Endereçamento Postal no Brasil) aparece como inexistente.

Diante da situação de Raqueline, exibida ao Secretário Municipal de Educação, Bruno Caetano explica, pela reportagem, que os familiares não precisavam buscar o conteúdo na internet, que poderiam “esperar com calma a chegada da apostila”. Se os livros ou apostilas (o secretário alterna o modo como se refere ao material) não chegassem nas casas, o que segundo suas estimativas deveria acontecer com 5% a 10% dos casos, eles seriam remetidos para as escolas, onde as famílias poderiam retirá-los.

A fala do secretário merece ser problematizada. No momento em que a pandemia estava iniciando sua expansão nas periferias da capital paulistana, ele contradiz o mantra “Fique em Casa”, entoado nas propagandas do Governo Municipal, ao sugerir a saída, tanto de profissionais da educação, quanto de famílias. Aliás, não se trata de sugestão, mas de determinação da já referida Instrução Normativa para que funcionárias(os) da gestão escolar (direção e coordenação pedagógica) e dos quadros de apoio trabalhem no atendimento presencial nas escolas, ainda que em sistema de plantão. Trata-se de determinação da prefeitura que quebra o distanciamento social e coloca em risco a saúde e a vida desses funcionários, de suas famílias e das famílias que têm ido diariamente até as escolas.

Ainda que esses sejam serviços essenciais que, pela capilaridade da escola, tenham de passar por ela, seria necessário apoio efetivo do poder público para garantir a devida proteção à saúde dos profissionais e demais pessoas envolvidas, o que não vem ocorrendo. Temos coletado depoimentos de que as e os profissionais têm providenciado, por conta própria, para seu uso pessoal durante o expediente, a máscara de proteção, um item básico na prevenção da propagação do vírus.⁶

Milhões de casos – Assim como Raqueline, outros milhões de famílias e estudantes estão excluídos das propostas (ou imposições) de ensino remoto com base em tecnologias digitais, que Secretarias Municipais e Estaduais de todo o país, despejaram sobre suas redes como alternativa para que se cumpra o calendário escolar em meio ao distanciamento físico exigido pela pandemia. Apesar dos esforços como os feitos por Raqueline e a filha, há barreiras não visíveis, porém, muito concretas que as impedem de participar desse mundo de educação virtual.

Dados de 2018 da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) revelam que apenas 9% dos domicílios brasileiros das camadas de renda D e E possuem computador, 55% dos acessos móveis do país são pré-pagos e 33% das residências não possuem qualquer tipo de conexão com a internet. De acordo com o Comitê Gestor da Internet no Brasil, também em 2018, o telefone celular era o único meio de acesso à Internet, sobretudo nas classes C (61%), e D e E (85%).⁷

Muitas vezes a família só dispõe de um aparelho celular, mas são várias as pessoas em idade escolar que precisam fazer as tarefas escolares. “*Professora, como é que eu vou fazer lição com*

⁶ O Sindicato dos Profissionais em Educação no Ensino Municipal de São Paulo alerta para o risco a que esses profissionais estão expostos. Disponível em: https://www.sinpeem.com.br/lermat_materias.php?cd_materias=12640&friurl=-05052020---PlantAao-direitos-e-defesa-da-vida:-SINPEEM-quer-o-fechamento-total-das-escolas. Acesso em: 20 mai. 2020.

⁷ Dados divulgados na nota “Educação a Distância (EaD) não resolve os desafios do momento e pode aprofundar desigualdades”, da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e do Coletivo Intervozes. Disponível em: <https://campanha.org.br/noticias/2020/04/13/educacao-distancia-ead-nao-resolve-os-desafios-do-momento-e-pode-aprofundar-desigualdades-nota-conjunta-da-campanha-nacional-pelo-direito-educacao-e-do-coletivo-intervozes/>. Acesso em: 21.mai. 2020.

meu filho se eu só tenho um celular e eu tenho quatro crianças? Meu celular não é um celular tão potente, então, não posso baixar lição assim para todo mundo". Esse depoimento foi colhido pela jornalista Jéssica Moreira em reportagem sobre o acesso da população residente em periferias paulistanas às plataformas virtuais de educação da prefeitura ou do governo do estado.⁸ Trata-se de uma mãe com três filhos na escola.

Até 18 de maio, quando fechamos este artigo, tínhamos notícias de que muitos estudantes ainda não haviam recebido o material. Para promover o “ensino em tempos de pandemia” para estudantes sem equipamentos de informática, ou sem acesso à internet, algumas escolas e professoras(es) têm organizado pacotes com atividades para serem entregues às famílias nas unidades escolares. Uma vez por semana ou a cada quinze dias, profissionais do plantão imprimem as atividades enviadas por professoras(es) e as entregam aos familiares que, por sua vez, foram orientados para que sejam devolvidas no retorno às aulas.

Mais (des)casos – Na sexta-feira 10 de abril, feriado católico, um dia depois que a Secretaria Municipal de Educação de São Paulo divulgou o pacote de ensino remoto que passaria a funcionar na segunda-feira, dia 13 do mesmo mês, uma das autoras deste artigo, a professora Patrícia Cerqueira, esteve em contato com famílias, colegas professoras e estudantes na tentativa de captar suas impressões quanto ao novo esquema de ensino. Vamos reproduzir alguns diálogos que ela manteve.

***Professora:** Boa tarde! Preza@s Colegas Prezad@s Estudantes, a partir de segunda feira estaremos aprendendo a “estudar” através de “aulas on-line”. Qual a visão de vocês sobre isso? Obrigada. Abraço.*

***Estudante 1:** Eu e minha vó já está no ponto de embraza.*

Professora: O que significa isso?

***Estudante 1:** Embraza é rezar.*

A professora resume o restante da conversa: “Em suma, ele não tem computador, mora com a avó, a internet funciona mais ou menos, tem comida em casa e estão juntos rezando.” A seguir, reproduzimos depoimentos de outros estudantes.

***Estudante 2, 15 anos:** Olha eu estou fazendo curso pelo Skype e eu acho péssimo, as vezes a internet fica ruim, a minha ou de outras pessoas, aí trava, fora que não é a mesma coisa. Eu sou uma pessoa que interage muito, e acaba que on-line nós não temos toda essa interação.*

***Estudante 3, 14 anos:** Periferia é osso, tanta dificuldade, várias pessoas passando veneno por conta de dinheiro, aonde envolve trabalho pra coloca o pão na mesa, isso dificulta demais.*

***Estudante 4, 14 anos:** Quase todos não tem computador ou notebook, mas podemos nos comunicar com o celular mesmo, não?!*

No dia 4 de maio, três semanas depois de iniciado o sistema virtual, a professora fez um balanço desanimador. De um total de 259 estudantes de suas 8 turmas do 7º ao 9º ano, apenas 19 tinham realizado as atividades por ela propostas. Na sequência, apresentamos um diálogo que Patrícia manteve com uma mãe na noite de 10 de abril. Trata-se de uma mãe com três filhos, sem companheiro(a) e que, com seu trabalho de diarista, é o esteio da casa. Ela também é estudante de Educação de Jovens e Adultos.

⁸ Disponível em: <http://nosmulheresdaperiferia.com.br/noticias/covid-19-professoras-da-periferia-explicam-por-que-a-educacao-esta-em-risco/>. Acesso em: 5 mai. 2020.

Mãe: *Os meninos têm celular, mas não tenho computador em casa. Dependendo de como for, eu não sei como eles vão fazer as lições que vão mandar. Se der pra fazer pelo celular, eles vão fazer. Se não der, depois eu vou conversar na escola, explicar a situação. Mas não se preocupe não, viu? Boa noite, bom descanso, eu tô acabando de chegar do trabalho. [as mensagens foram trocadas por volta das 20h].*

Professora: *Você foi trabalhar hoje?*

Mãe: *Fui trabalhar hoje. Eu ia trocar, mas ela não ia aceitar porque hoje é sexta-feira, final de semana. Aí eu fui. Mas deu tudo certo, tá tudo bem, na medida do possível, graças a Deus. A minha internet é boa. Eu ia até cancelar, mas aí conversando com algumas pessoas que falaram que iam me ajudar pra eu não cancelar por causa da escola das crianças. Então eu vou ficar com ela. Ela pega super bem, graças a Deus, pra eles poderem fazer todas as lições. Principalmente por causa da escola do João, que passa muita lição. Aí tem que ter internet. Ficar colocando crédito não compensa, gasta muito. [transcrição da resposta por áudio].*

Professora: *E teus meninos ficaram sozinhos?*

Mãe: *Eles ficaram, mas ficaram bem. A gente se falou mais vezes pra eles não se sentirem tão só hoje. Mas essas coisas faz parte, né? Faz parte. Deus sabe todas as coisas. Obrigada pela atenção, muito obrigada, e boa noite. [nesse momento, nota-se um tom emocionado, choroso, na voz da mãe].*

O diálogo mostra que as condições socioeconômicas desiguais em uma metrópole como São Paulo determinam que pessoas têm direito a feriado ou a “dia santo”. Essa mãe não é uma delas, pois para ela todos os dias são de luta para a garantia do comer. “É duro a gente vir ao mundo e não poder nem comer”, registrou a escritora Carolina Maria de Jesus, outra mãe que lutou muito na cidade de São Paulo para alimentar suas crianças, no século passado⁹.

Um país – A desigualdade socioeconômica aumentou no Brasil em 2018. Naquele ano, de toda a renda do país, 40% estava concentrada nas mãos de 10% da população. A renda dos mais pobres caiu mais de 3% e a dos mais ricos aumentou mais de 8%. A renda dos mais ricos era 33,8 vezes maior que a média dos 50% mais pobres, um recorde na série histórica que o IBGE vem produzindo desde 2012. Metade dos trabalhadores brasileiros vivia com R\$ 1.200 por mês, sendo que as mulheres recebiam, em média, 20% menos que os homens.¹⁰ De acordo com dados da Federação Nacional do Fisco Estadual e Distrital (Fenafisco), o Brasil tem 206 bilionários com fortuna de mais de R\$ 1,2 trilhão. Eles pagam proporcionalmente menos impostos do que a classe média e os pobres. Esses últimos, aliás, são os primeiros a sofrerem os impactos de qualquer crise econômica.

Segundo o Datafolha, 72% dos brasileiros temem perder renda por causa dos impactos econômicos da pandemia; o levantamento indica a existência de 11,9 milhões de desempregados, 38,4 milhões de informais e mais de 5 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em trabalhos uberizados. De acordo com a Fundação Getúlio Vargas outros 5 milhões de pessoas podem entrar na fila do desemprego somente no segundo trimestre de 2020.

⁹ Carolina Maria de Jesus. *Quarto de despejo: diário de uma favelada*. Ilustração de Vinicius R. Felipe. 10a ed. São Paulo: Ática, 2014.

¹⁰ Os dados de pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foram repercutidos em noticiário do horário nobre em emissora de TV aberta, em 16/10/2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/10/16/desigualdade-aumentou-no-brasil-em-2018-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 23 abr. 2020.

Para não ficar “só” na questão da renda, dados sobre acesso a serviços básicos desvelam que o país vive uma crise sanitária muito antes da COVID-19: há, em nosso território, 35 milhões de pessoas sem água tratada e 100 milhões sem coleta de esgoto. Não é difícil imaginar o que isso significa para a propagação de um vírus cuja principal prevenção é lavar as mãos constantemente, além de higienizar quaisquer itens que venham de fora para dentro das casas... Aliás, é interessante observar como a crise da COVID-19 tem feito grandes veículos de imprensa “descobrirem” a histórica falta de água tratada nas periferias.

Duas recentes reportagens televisivas mostraram o drama de brasileiras e brasileiros para praticarem uma das orientações primordiais dessa pandemia – lavar as mãos com água e sabão. Para a estudante Taína Santos da Silva, moradora da Comunidade Cai Cai, na zona sul de São Paulo, isso só é possível entre 6h e 9h da manhã, quando tem água na torneira. A vizinha de Taína, dona Jaci Bonfim, de 85 anos, acrescenta que isso acontece todos os dias da semana.¹¹ Já na chamada cidade maravilhosa, Rio de Janeiro, um morador da zona norte, senhor Jorge Henrique dos Santos, de 62 anos, abre as torneiras da pia da cozinha, do banheiro e o chuveiro para demonstrar como está completamente sem água. Quando ele precisa ir ao supermercado, na volta para casa, toma banho com álcool e se seca com a toalha.¹²

As latas estavam enfileiradas com sede. Tinham a boca aberta para o céu como se pedissem socorro. Deus, escondido atrás das nuvens, olhava impassível a fragilidade de todos. As lavadeiras, com os amontoados de bacias e tinhas, com as mãos nas cadeiras, esperavam desesperadas a sua vez. A água caía pouco, lenta, preguiçosa, como se fosse um favor. Havia má vontade em tudo. Havia uma má vontade no viver.¹³

Uma escola que exclui – De 2010 a 2014, a Campanha Nacional pelo Direito à Educação e o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância) realizaram diversas pesquisas sobre exclusão escolar no Brasil, abrangendo coleta e análise de dados de acesso, permanência, progresso e conclusão da escolaridade básica.¹⁴ De acordo com os dados levantados, mais de 3,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos de idade estavam fora da escola no Brasil em 2010, segundo o Censo Demográfico, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Outros 14,6 milhões de meninas e meninos de 6 a 17 anos apresentavam atraso escolar, ou seja, idade acima daquela esperada para a série ou ano que frequentavam, um dos principais fatores que ameaçam sua permanência na escola. - Ao analisar os dados apresentados nesta pesquisa, revela-se um grupo considerável de excluídos da escola no país, as crianças e adolescentes de famílias com baixa renda e responsáveis com baixa escolaridade, as negras, indígenas, com deficiência e as que moravam no campo.

Desde então, os índices avançaram positivamente, mas os desafios ainda são enormes. É o que mostra a Síntese de Indicadores Sociais 2019, do IBGE, com dados de 2018. Naquele ano a taxa de crianças de 4 a 5 anos de idade fora da pré-escola era de 7,6%. Cabe lembrar que a Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2006, estendeu a faixa etária de escolaridade obrigatória dos 4 aos 17 anos. O PNE (Plano Nacional de Educação) aprovado

¹¹ Ver: “Falta de água em meio a pandemia preocupa moradores na zona sul de SP”. Disponível em: <https://recordtv.r7.com/balanco-geral/videos/falta-de-agua-em-meio-a-pandemia-preocupa-moradores-da-zona-sul-de-sp-08042020>. Acesso em: 20 mai. 2020.

¹² Ver: “Mais de 18,4 milhões de brasileiros não tem água encanada diariamente nas torneiras”. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/cerca-de-184-milhoes-de-brasileiros-nao-recebem-agua-encanada-diariamente-aponta-ibge.ghtml>. Acesso em: 20.mai. 2020.

¹³ Trecho do livro *Becos da memória*, de Conceição Evaristo. 3a ed. Rio de Janeiro: Pallas, 2018. p. 163.

¹⁴ A professora Iracema, uma das autoras deste artigo, participou como coordenadora de tais pesquisas. Disponíveis em: <http://foradaescolanaopode.org.br/downloads/>. Acesso em: 5 mai. 2020.

pela Lei nº 13.055, de 25 de junho de 2014¹⁵ estabeleceu, como sua meta 1, universalizar, até 2016, o atendimento de pré-escola para crianças de 4 e 5 anos. Entre jovens de 15 a 17 anos, 11,8% ainda estavam fora da escola, enquanto outros 23,1% estavam em atraso escolar¹⁶ e 7,6% sequer frequentavam a escola. No caso da faixa etária dos 15 aos 17 anos, a meta 3 do PNE determina a universalização do atendimento escolar para essa população até 2016. Nos anos iniciais do ensino fundamental, 3,5% dos estudantes estavam em atraso e, nos anos finais, essa taxa era de 12,4%.

Se essas médias nacionais são ruins, elas ocultam disparidades quando se consideram recortes como renda, raça, localidade de origem (campo e cidade), tipo de escola (pública ou privada), dentre outros. Na faixa dos 15 a 17 anos, por exemplo, o atraso entre os jovens pertencentes ao quintil mais pobre da população era de 33,6%, quatro vezes maior em comparação com os que faziam parte do quintil com os maiores rendimentos, que apresentavam atraso de 8,6%. No que diz respeito à disparidade entre grupos raciais, dentre as pessoas sem instrução ou com ensino fundamental incompleto, 33,5% são brancas e 49% negras. Dentre os que nem trabalham, nem estudam 19% eram brancos e 26% negros. Das pessoas com superior completo, havia 23% de brancos e 9,3% negros.

Normalidade macabra – Antes que nos percamos em números, esses dados foram utilizados para mostrar que as desigualdades socioeconômicas no Brasil antecedem a pandemia. Conformam, portanto, o que vem sendo corriqueiramente chamado de “normalidade”, isto é, o período pré-pandemia. Mas o que esses números falam sobre a normalidade brasileira? Resposta: essa dita normalidade é a histórica e brutal desigualdade, perversa e cruel, cômoda e devidamente naturalizada pelas elites que dela se beneficiam, pois dela dependem para manter seus privilégios.

E nós sabemos que aqui há guerra
Que a vida diária é luto
Que a luta armada é óbvia
Só não são os inimigos.¹⁷

Em texto recente sobre a pandemia, o sociólogo português Boaventura Sousa Santos fala em “normalidade da exceção”, referindo-se às cruéis desigualdades presentes em nossa realidade global. Ele ressalta que a pandemia não cria desigualdades, mas acentua, agrava as que já existem. E, talvez, crie algumas novas, podemos supor. As “velhas” desigualdades, diz Boaventura, resultam da combinação entre capitalismo, colonialismo e patriarcado como modos de dominação que vêm se estabelecendo, de forma combinada, desde o século XVII.¹⁸

Podemos falar, então, em “normalidade da exclusão”, expressa pelos dados apresentados até aqui e renovada em tempos de crise como a que estamos vivendo. No início da pandemia no Brasil, quando o vírus começou atacando pessoas de camadas médias e altas, talvez por exposição em viagens internacionais, logo se falou que o coronavírus seria “democrático”, pois atingiria igualmente ricos e pobres. Sobre essa questão a ex-ministra das Mulheres, da

¹⁵ <http://pne.mec.gov.br/18-planos-subnacionais-de-educacao/543-plano-nacional-de-educacao-lei-n-13-005-2014>. Acesso em: 20 mai. 2020.

¹⁶ Ou seja, com idade acima daquela esperada para a série ou ano que frequentavam, um dos principais fatores que ameaçam sua permanência na escola.

¹⁷ Trecho do poema “Quase contra mim”, no livro *De passagem mas não a passeio*, de Dinha (Maria Nilda de Carvalho Mota). São Paulo: Global, 2008, p. 129.

¹⁸ SANTOS, Boaventura de Sousa. *A cruel pedagogia do vírus*. Coimbra: Edições Almedina, 2020.

Igualdade Racial e dos Direitos Humanos e professora emérita da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Nilma Lino Gomes, argumenta:

a pandemia é universal se pensarmos na sua capacidade de expansão e de contaminação. Isso de fato é verdade. Também temos ouvido que a pandemia do coronavírus é democrática. Eu discordo disso. Primeiro porque eu acho que nenhuma doença é democrática e segundo porque ela atinge pessoas e povos de diferentes de acordo com as desigualdades já existentes no Brasil e no mundo.¹⁹

Gomes toma como referência a ex-ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, que, em sua obra *Faces das desigualdades no Brasil: um olhar sobre os que ficam para trás*, denuncia o teor da “perversidade da desigualdade que marca a cisão da sociedade brasileira, expressa em um dado gigantesco - entre os pobres mais de 70% são negros”. Diante disso, prevê Gomes: “nós podemos entender que a pandemia do coronavírus vai afetar drasticamente a pobreza, a população pobre do nosso país, ela afetará e já está afetando drasticamente a população negra”. Logo os dados vieram confirmar a previsão. A contaminação se alastrou rapidamente para regiões periféricas de grandes cidades, atingindo grande número de pessoas de baixa renda.²⁰ Quando os registros se fizeram mais precisos, logo se notou que pessoas negras formavam o maior contingente de vítimas.²¹ Assim, o vírus “democrático” parece atingir igualmente ricos e pobres, brancos e negros que, no entanto, estão em situações socioeconômicas abissalmente desiguais.

Políticas de exclusão – Mas a normalidade da exclusão não é normal e tampouco natural, não cai do céu ou brota da terra. Ela acontece e se consolida pela ação humana. E aqui queremos tratar da ação de políticas públicas excludentes. Voltemos à educação. Quando o governo federal insiste em manter o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) em meio à pandemia, mesmo sabendo da impossibilidade de milhões de jovens de baixa renda se prepararem para as provas, está operando uma política de exclusão. Nesse caso, deliberada e assumidamente. Afinal, o ministro da educação de Bolsonaro, Abraham Weintraub, fez questão de afirmar publicamente que o objetivo do Enem não é promover justiça social, mas selecionar os melhores.

Quando governos municipais e estaduais lançam sobre suas redes de escolas os pacotes de ensino remoto que, como já vimos, deixam milhões de fora, seja por falta de acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), seja por falta do básico para sobreviver, estão operando políticas públicas de exclusão. E quando educadoras(es), muitas vezes com boas intenções, apressam-se em justificar essas ações (“a educação não pode parar”; “depois socorremos os excluídos”), estão admitindo a “normalidade da exclusão”. Afinal, é isso mesmo, os excluídos sempre podem ficar para depois...

¹⁹ GOMES, Nilma Lino. *Onde raça e pandemia de coronavírus se encontram?* Campanha “Corona se combate com o SUS” da APUBHUFMG (Associação dos Professores de Universidades Federais de Belo Horizonte e Montes Claro), em 09/04/2020. Disponível em: <https://apubh.org.br/campanhas/corona-se-combate-com-sus/>. Acesso em: 20 mai. 2020.

²⁰ “Covid-19 na periferia de SP expõe faceta da desigualdade, dizem médicos”. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/saude/ultimas-noticias/redacao/2020/04/26/covid-19-na-periferia-expoe-a-faceta-da-desigualdade-dizem-especialistas.htm>. Acesso em: 20 mai. 2020.

²¹ “Coronavírus é mais letal entre negros no Brasil, apontam dados do Ministério da Saúde”. Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/11/coronavirus-e-mais-letal-entre-negros-no-brasil-apontam-dados-do-ministerio-da-saude.ghtml>. Acesso em: 20 mai. 2020.

E se ao planejar as políticas públicas os gestores comesçassem por pensar justamente nos contingentes excluídos? E se todo tipo de atendimento de emergência se iniciasse por esses grupos populacionais? Por que não nos fazemos essas perguntas sem nos sentirmos lunáticas(os)? Por que não se fazem os gestores essas perguntas? Certamente porque a normalidade da exclusão está inculcada como natural em nossa mentalidade. E essa inculcação também se dá de forma deliberada. Afinal, é melhor que os pobres acreditem que algum ser superior assim quer, e que é devido a essa vontade divina que eles não têm méritos próprios para conquistar melhores condições de vida...

Quando eu estou com pouco dinheiro procuro não pensar nos filhos que vão pedir pão, pão, café. Desvio meu pensamento para o céu. Penso: será que lá em cima tem habitantes? Será que eles são melhores do que nós? Será que o predomínio de lá suplanta o nosso? Será que as nações de lá é variada igual aqui na terra? Ou é uma nação única? Será que lá existe favela? E se lá existe favela será que quando eu morrer eu vou morar na favela?²²

Para encerrar, vamos lembrar dois incisos do artigo 3º de nossa Constituição Federal de 1988, que estabelece os objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (BRASIL, 1988)

Assim, se não cabe às redes de ensino e às escolas resolverem problemas estruturais da sociedade brasileira, não podem também ignorá-los.²³ Caso contrário, qualquer proposta de educação imposta verticalmente nesse momento só vai acentuar as desigualdades sociais e educacionais já existentes.

²² Carolina Maria de Jesus, no livro *Quarto de despejo*. São Paulo: Edição Popular, s/d. p. 45.

²³ Cabe notar que a função social da escola vem sendo cumprida pela ação voluntária de professoras(es). Nas periferias da capital paulista, muitos desses profissionais estão organizados em diversas escolas para arrecadação de cestas básicas, materiais de limpeza, itens de proteção e higiene pessoal às comunidades. Muitas(os), tomando os devidos cuidados, vêm fazendo visitas às casas de estudantes. Há professores que acabaram por “adotar” as famílias mais necessitadas que tenham expressado tal necessidade e aceitado ajuda. Esse auxílio é alimentar, de orientação das atividades escolares e até acolhimento e afeto. Cabe ressaltar também que essa função recai sobre escolas e profissionais da educação em um contexto de falta de políticas públicas consistentes de atendimento assistencial e social.